

**Estratégias para o desenvolvimento do rugby em cadeira de rodas no Brasil**

Strategies for the development of wheelchair rugby in Brazil

Estrategias para el desarrollo del rugby en silla de ruedas en Brasil

**Gerson André Vieira**Universidade Federal do Paraná  
gerson.marli2019@gmail.com**Rafael Estevam Reis**Universidade Federal do Paraná  
rafael\_e\_reis@hotmail.com**Doralice Lange de Souza**Universidade Federal do Paraná  
dora@ufpr.br**Resumo**

**Introdução e objetivo:** Dentre os diferentes esportes adaptados para pessoas com deficiência, destaca-se o Rugby em Cadeira de Rodas (RCR), modalidade praticada por pessoas com deficiência física envolvendo pelo menos três membros. O objetivo deste trabalho foi investigar se o RCR vem se expandindo no país, identificar os locais em que se concentram ações voltadas ao desenvolvimento dessa modalidade e explorar as principais estratégias adotadas pela atual gestão da Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas (ABRC) (2022–2025) para seu fortalecimento no Brasil. **Método:** A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, tendo como instrumento de produção de dados, uma entrevista semiestruturada com José Higino, atual presidente da ABRC. Também realizamos uma análise documental de relatórios institucionais e dados da Plataforma Sporti, examinando indicadores como número de competições, atletas, equipes e o crescimento da estrutura de desenvolvimento entre 2021 e 2025. **Resultados e Discussão:** Constatamos que o RCR vem de fato se expandindo no país em vários quesitos. As principais estratégias adotadas são: (1) Aprofundamento na captação de recursos do Fundo de Fomento do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); (2) Atuação em Centros de Referência Paralímpicos (CRPs) por meio da criação de escolinhas para a iniciação de crianças com deficiência física (7 a 17 anos); e (3) Fundação de polos de desenvolvimento em parceria com universidades e também foi desenvolvido um no Hospital Sarah. Os resultados dos indicadores considerados demonstraram a efetividade dessas ações: o número de polos saltou de zero para oito, as escolinhas de zero para nove, e o de atletas em competições triplicou (de 110 para 333). **Considerações finais:** As estratégias adotadas pela ABRC têm impulsionado a expansão do RCR no Brasil, ampliando a base de praticantes e fortalecendo a modalidade. Para sustentar esse crescimento, é fundamental que se mantenham os investimentos na criação de escolinhas e polos de desenvolvimento, além de buscar novas estratégias que assegurem a sustentabilidade financeira e institucional do esporte a longo prazo.

**Palavras-chave:** Políticas esportivas. Centros de desenvolvimento. Escola paralímpica. Rugby em cadeira de rodas. Esporte paralímpico. Gestão esportiva.

## Abstract

**Introduction and Objective:** Among the various adapted sports for people with disabilities, Wheelchair Rugby (WCR) stands out. It is a modality practiced by individuals with physical impairments affecting at least three limbs. The objective of this work was to investigate whether WCR has been expanding in the country, to identify the locations where development efforts are concentrated, and to explore the main strategies adopted by the current management of the Brazilian Wheelchair Rugby Association (ABRC) (2022–2025) for its strengthening in Brazil. **Method:** The research adopted a qualitative and exploratory approach. The data production instruments consisted of a semi-structured interview with José Higino, the current president of the ABRC, and a documentary analysis of institutional reports and data from the Sporti Platform. We examined indicators such as the number of competitions, athletes, teams, and the growth of the development structure between 2021 and 2025. **Results and Discussion:** We found that WCR is indeed expanding in the country across several metrics. The main strategies adopted are: (1) Deepening the understanding of resource acquisition from the Brazilian Paralympic Committee's (CPB) Development Fund to enable financing and boost development; (2) Operation in Paralympic Reference Centers (CRPs) through the creation of grassroots schools for the initiation of children with physical disabilities (7 to 17 years old); and (3) Establishment of development hubs in partnership with universities, with one also developed at the Sarah Hospital. The results from the considered indicators demonstrated the effectiveness of these actions: the number of hubs jumped from zero to eight, grassroots schools from zero to nine, and the number of athletes in competitions tripled (from 110 to 333). **Final Considerations:** The strategies adopted by the ABRC have driven the expansion of WCR in Brazil, broadening its participant base and strengthening the modality. To sustain this growth, it is essential to maintain investments in the creation of grassroots schools and development hubs, in addition to seeking new strategies to ensure the sport's long-term financial and institutional sustainability.

**Keywords:** Sports Policies. Development Hubs. Paralympic School. Wheelchair Rugby. Paralympic Sport. sports management.

## Resumen

**Introducción y objetivo:** Entre los diversos deportes adaptados para personas con discapacidad, se destaca el Rugby en Silla de Ruedas (RSR), modalidad practicada por personas con discapacidad física que afecta al menos a tres miembros. El objetivo de este trabajo fue investigar si el RSR se ha estado expandiendo en el país, identificar los lugares donde se concentran las acciones dirigidas al desarrollo de esta modalidad y explorar las principales estrategias adoptadas por la actual gestión de la Asociación Brasileña de Rugby en Silla de Ruedas (ABRC) (2022-2025) para su fortalecimiento en Brasil. **Método:** La investigación adoptó un enfoque cualitativo y exploratorio. Como instrumentos de producción de datos, se utilizó una entrevista semiestructurada con José Higino, actual presidente de la ABRC, y se realizó un análisis documental de informes institucionales y datos de la Plataforma Sporti. Examinamos indicadores como el número de competencias, atletas, equipos y el crecimiento de la estructura de desarrollo entre 2021 y 2025. **Resultados y Discusión:** Constatamos que el RSR viene, de hecho, expandiéndose en el país en varios aspectos. Las principales estrategias adoptadas son: (1) Profundización en la captación de recursos del Fondo de Fomento del Comité Paralímpico Brasileño (CPB); (2) Actuación en Centros de Referencia Paralímpicos (CRPs) mediante la creación de escuelitas para la iniciación de niños con discapacidad física (7 a 17 años); y (3) Fundación de polos de desarrollo en asociación con universidades, desarrollándose también uno en el Hospital Sarah. Los resultados de los indicadores considerados demostraron la efectividad de estas acciones: el número de polos

pasó de cero a ocho, las escolitas de cero a nueve, y el de atletas en competiciones se triplicó (de 110 a 333). **Consideraciones finales:** Las estrategias adoptadas por la ABRC han impulsado la expansión del RSR en Brasil, ampliando la base de practicantes y fortaleciendo la modalidad. Para sostener este crecimiento, es fundamental mantener las inversiones en la creación de escolitas y polos de desarrollo, además de buscar nuevas estrategias que aseguren la sostenibilidad financiera e institucional del deporte a largo plazo.

**Palabras clave:** Políticas deportivas. Centros de desarrollo. Escuela Paralímpica. Rugby en silla de ruedas. Deporte paralímpico. Gestión deportiva.

## Introdução

A prática desportiva adaptada pode promover a inclusão e o bem-estar de pessoas com deficiência, por meio de objetivos como a melhoria da saúde física e mental, o desenvolvimento de habilidades sociais e o estímulo às potencialidades individuais (Cardoso, 2011; Feiten, Schaab, Mezzaroba, & Sanfelice, 2023; Antonio Luis Fermino, 2020; Orozimbo, 2019; Vieira, Colere, & De Souza, 2021).

O esporte adaptado compreende atividades voltadas para pessoas com deficiência ou que exigem adaptações das práticas convencionais (Curi, Roberta, Souza, De Lima, & Ferretti, 2022; Orozimbo, 2019; S. G. Quintino, 2018; Solera et al., 2021), atuando não apenas na reabilitação das funções motoras, mas também no âmbito psicossocial, podendo impactar a confiança e a qualidade de vida (Nascimento, Borin, Tosim, & Montagner, 2020). Nesse contexto, o esporte paralímpico – que reúne as modalidades integrantes do programa dos Jogos Paralímpicos (Feiten et al., 2023; Orozimbo, 2019; Soares, Souza, & Bezerra, 2025) – constitui um segmento de alto rendimento. Entre elas, o Rugby em Cadeira de Rodas (RCR) se destaca por sua intensidade, dinamismo e por incluir atletas com deficiência física que comprometem ao menos três membros (Amaral, 2022; Orozimbo, 2019; G. S. Quintino & Reis, 2020; S. G. Quintino, 2018; Silva et al., 2023).

A prática do RCR exige habilidades relacionadas à propulsão e manobras da cadeira, domínio e passe da bola, além de atributos físicos como força, velocidade, resistência e coordenação (Campana et al., 2011). Criado no Canadá na década de 1970 por atletas tetraplégicos que buscavam uma alternativa ao basquete em cadeira de rodas, o RCR consolidou-se como modalidade paralímpica em Sydney 2000, atraindo atletas com maior comprometimento físico e obtendo reconhecimento internacional (Campana et al., 2011; Comitê Paralímpico Internacional, 2016; World Wheelchair Rugby, 2024).

No Brasil, a modalidade é coordenada pela Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas (ABRC), entidade filiada ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e a World Wheelchair Rugby (WWR). Desde sua fundação em 2008, a ABRC vem atuando na organização de campeonatos, promoção da modalidade, formação de equipes e captação de recursos, com o objetivo de ampliar a participação de atletas e fortalecer a estrutura do RCR no país (Orozimbo, 2019; Pena et al., 2014; G. S. Quintino & Reis, 2020; Souza, 2018).

Embora os benefícios do esporte para pessoas com deficiência sejam reconhecidos, ainda existem desafios significativos para sua efetivação. Um dos principais entraves refere-se à formação de profissionais qualificados para atuar com esse público, o que demanda ações específicas de capacitação (Becerra, Manzini, & Martinez, 2019; Cardoso, 2011; Haiachi, Cardoso, Reppold Filho, & Gaya, 2016). Além disso, questões relacionadas à acessibilidade, preconceitos sociais e falta de políticas públicas efetivas limitam o acesso e a permanência de muitas pessoas com deficiência no esporte (Becerra et al., 2019; Cardoso, 2011; Haiachi et al., 2016; Vieira et al., 2021). O desenvolvimento do RCR não foge desta regra. Dentre outras condições, ele demanda

infraestrutura adaptada, apoio institucional, recursos financeiros e políticas inclusivas, o que torna sua consolidação no Brasil um processo complexo (Becerra et al., 2019; Geovani & Damato, 2024).

De acordo com De Bosscher et al. (2006), o sucesso de uma modalidade esportiva depende de fatores estruturais como governança, financiamento, infraestrutura e formação de talentos. No caso do esporte adaptado, esses fatores se tornam ainda mais desafiadores, exigindo estratégias específicas de gestão e articulação entre organizações, poder público e redes de apoio (Misener & Darcy, 2014). Outros autores também apontam que o fortalecimento de modalidades paralímpicas emergentes, como o RCR, depende da criação de programas de formação, da presença institucional em espaços públicos e do desenvolvimento de estratégias territoriais que ampliem o acesso (Bracht, Quintão, & Almeida, 2003; Marcellino, Sampaio, Capi, & da Silva, 2007).

Apesar do crescimento do esporte paralímpico no Brasil e da expansão da prática do RCR, observa-se uma escassez de estudos acadêmicos dedicados à gestão esportiva da modalidade sob a ótica dos gestores de clubes e federações. Realizamos uma revisão preliminar da literatura nas bases SciELO, Google Acadêmico, Periódicos CAPES e na plataforma Brasil Paradesporto + Acessível e verificamos que a maioria das pesquisas concentra-se em aspectos físicos, fisiológicos, classificatórios e técnicos. Apenas quatro estudos abordam a temática da gestão do RCR, sendo dois deles Trabalhos de Conclusão de Curso (Orozimbo, 2019; Pasini, Campos, Gorla, & Montagner, 2014; G. S. Quintino & Reis, 2020; S. G. Quintino, 2018).

Estes estudos, no entanto, não consideram de maneira aprofundada as estratégias para desenvolvimento da modalidade adotadas pelos gestores. Essa lacuna evidencia a necessidade de investigações que aprofundem o entendimento sobre estratégias, desafios e potencialidades na estruturação da modalidade.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo investigar se o RCR vem se expandindo no país, identificar os locais em que se concentram as ações voltadas ao desenvolvimento dessa modalidade e explorar as principais estratégias adotadas pela atual gestão da ABRC (2022–2025) para seu fortalecimento no Brasil. Ao investigar essas questões, pretendemos contribuir para o debate acadêmico sobre políticas de fomento ao esporte adaptado e oferecer subsídios para práticas de gestão mais eficazes e inclusivas no paradesporto nacional em geral, e no RCR em particular.

## Procedimentos Metodológicos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com delineamento exploratório. Segundo Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como objetivo oferecer uma compreensão inicial e ampla sobre determinado fenômeno, sendo especialmente úteis quando o tema investigado ainda foi pouco estudado. Nesse caso, a escolha por esse tipo de investigação

busca aproximar o pesquisador do objeto de estudo, permitindo identificar aspectos relevantes sobre o desenvolvimento do RCR no Brasil e orientar futuras análises mais aprofundadas.

Para produzir os dados sobre o desenvolvimento do RCR no Brasil no período de 2021 a 2025, analisamos informações disponíveis no site da Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas (ABRC), na Plataforma Sporti, no site da World Wheelchair Rugby (WWR) e em documentos institucionais da ABRC, examinando os seguintes indicadores: o número de competições regionais e nacionais, a quantidade de atletas e equipes envolvidos, as semanas de treinamento da seleção brasileira, sua participação em eventos internacionais, seu ranking na WWR, e a quantidade e localização geográfica de escolinhas e polos de desenvolvimento.

Para explorarmos as estratégias adotadas pela ABRC em prol do desenvolvimento do RCR no país realizamos uma entrevista semiestruturada com o atual presidente da Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas (ABRC), José Higino, principal responsável pela condução das estratégias da entidade nos últimos anos. A entrevista ocorreu no dia 19 de fevereiro de 2025, teve duração aproximada de duas horas, foi gravada com autorização do entrevistado e, posteriormente, transcrita na íntegra para análise.

Para produção dos dados, realizamos um processo de identificação, organização e interpretação de temas emergentes da entrevista, os quais foram categorizados por sua relevância em responder ao objetivo da pesquisa. Escolhemos esta abordagem por sua capacidade de oferecer uma estrutura flexível e sistemática para examinar como as estratégias da ABRC são concebidas, aplicadas e percebidas no processo de desenvolvimento da modalidade.

Este projeto faz parte de um projeto de pesquisa aprovado com o parecer número 4.649.836 do Comitê de Ética do Setor de Saúde da Universidade Federal do Paraná.

## Resultados e Discussão

Organizamos a apresentação dos resultados em duas seções, sendo que a primeira fala sobre o desenvolvimento do RCR no Brasil e a segunda sobre as principais estratégias adotadas pela ABRC para a promoção da modalidade no país.

### 1. Desenvolvimento do RCR no Brasil

Apresentamos no Quadro 1 dados obtidos por meio de análise documental, os quais revelam que a prática do RCR no Brasil aumentou entre 2021 (último ano da gestão anterior) e 2025 (último ano da gestão atual, ainda em curso). Como coletamos os dados em Agosto deste ano, os números de 2025 podem ainda se modificar até o final do ano letivo.

Quadro 1. Comparativo de indicadores de desenvolvimento do Rugby em Cadeira de Rodas entre os anos de 2021 e 2025.

Indicadores	2021	2025	Fontes
Polos de Desenvolvimento	0	8	(ABRC, 2025c)
Escolinhas	0	9	(ABRC, 2025b)
Atletas em competições regionais e nacionais	110	333	(Plataforma Sporti, 2025)
Equipes em competições regionais e nacionais	11	17	(Plataforma Sporti, 2025)
Número de competições regionais e nacionais	2	15	(Plataforma Sporti, 2025)
Semanas de treinamento (seleção)	1	7	(ABRC, 2025a)
Participação em eventos internacionais (seleção)	1	4	(ABRC, 2025a)
Ranking da Seleção	10	9	(WWR, 2025)

A comparação entre os anos de 2021 e 2025 revela um crescimento expressivo em todos os indicadores apresentados. O aumento de polos de desenvolvimento (de 0 para 8) e de escolinhas (de 0 para 9) demonstra a expansão territorial da modalidade e a ampliação de iniciativas voltadas à formação de base. Esse movimento vem contribuindo diretamente para o salto no número de atletas em competições nacionais e regionais, que triplicou no período, passando de 110 para 333, bem como para o aumento do número de equipes que participaram de competições, que evoluiu de 11 para 17.

Além disso, os dados indicam avanços significativos na preparação da seleção brasileira. As semanas de treinamento aumentaram de 1 para 7, e a participação em eventos internacionais subiu de 1 para 4. Isto vem aparentemente contribuindo para a melhora no ranking mundial da equipe, que passou da 10ª para a 9ª posição.

Mapeamos a distribuição geográfica dos clubes, escolinhas e polos de desenvolvimento, conforme ilustrado na figura 1 abaixo.

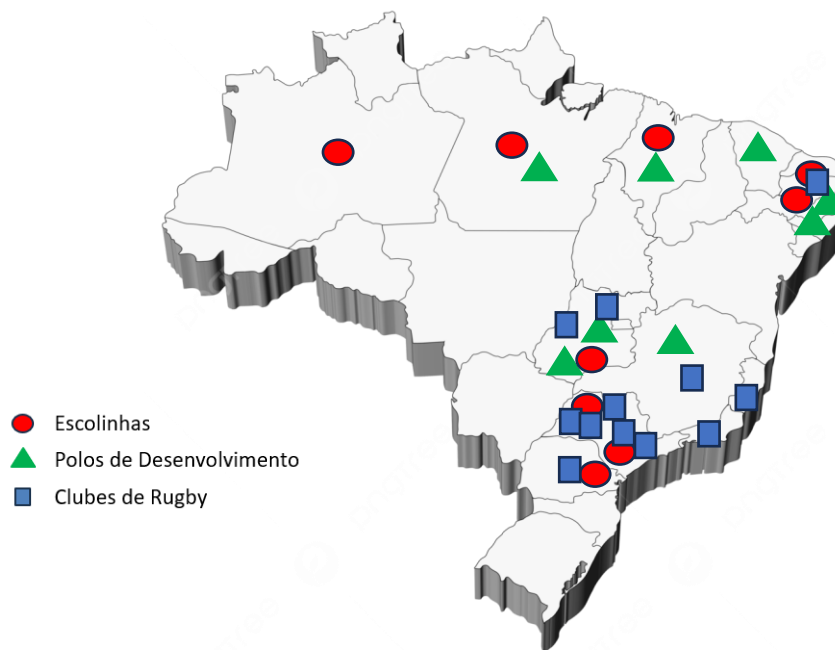


Figura 1 – Mapa do Brasil com distribuição geográfica dos clubes, das escolinhas e dos polos de desenvolvimento.  
Fonte: Dados coletados pelo autor a partir de relatórios anuais da ABRC (2025).

Embora os avanços sejam notáveis, os números também sugerem a necessidade de consolidar os polos e escolinhas já implantados e de ampliar o alcance territorial dos clubes, escolinhas e polos de desenvolvimento, especialmente em estados que permanecem sem representação da modalidade, como Bahia, Piauí, Tocantins, Roraima, Amapá, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

## 2. Principais Estratégias adotadas pela a ABRC (2022–2025) para o desenvolvimento do RCR no Brasil

A entrevista com o presidente da ABRC, José Higino, nos permitiu identificar três estratégias principais adotadas pela entidade para impulsionar o desenvolvimento do RCR no Brasil: (1) captação de recursos via Fundo de Fomento do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); (2) atuação em Centros de Referência Paralímpicos por meio de Escolinhas de Iniciação ao RCR; e (3) implantação de polos de desenvolvimento em parceria com universidades e instituições de saúde. Abordaremos a seguir, em forma de tópicos, cada uma destas estratégias.



## 2.1 Captação de recursos via Fundo de Fomento do Comitê Paralímpico Brasileiro

O suporte financeiro é um dos principais pilares para o desenvolvimento do esporte. Países que investem mais na preparação esportiva tendem a alcançar melhores resultados em competições internacionais (De Bosscher, Shibli, Westerbeek, & Van Bottenburg, 2015). No caso brasileiro, a sustentabilidade das ações das principais organizações esportivas — especialmente as confederações — ainda está fortemente vinculada ao financiamento estatal, o que revela uma dependência estrutural que pode comprometer a autonomia e a continuidade dos projetos a longo prazo (Mazzei & Rocco Junior, 2017).

O financiamento do esporte paralímpico no Brasil se materializa por meio de três mecanismos principais: (1) O Fundo do CPB, constituído e regulamentado a partir da Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001 (conhecida como Lei Agnelo/Piva). Essa Lei destina 2,7% da arrecadação bruta das loterias federais ao esporte, sendo aproximadamente 37% desse montante direcionado ao CPB (Brasil, 2001). (2) A Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006), possibilita que empresas e cidadãos deduzam doações e patrocínios do imposto de renda, promovendo o financiamento via incentivos fiscais (Brasil, 2006). (3) O programa Bolsa Atleta (Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004), oferece apoio financeiro direto a atletas de alto rendimento (Brasil, 2004). Juntos, esses instrumentos formam a base de apoio ao desenvolvimento do paradesporto nacional (Reis, Mezzadri, & Silva, 2017).

O Fundo de Fomento é uma parte específica do Fundo do CPB que foi instituído em 2023, com o objetivo de incentivar e ampliar projetos de desenvolvimento do esporte paralímpico nacional. Seu escopo específico inclui: (a) expandir iniciativas de iniciação esportiva para crianças, adolescentes e jovens com deficiência em todo o país; (b) promover a prática esportiva paralímpica entre mulheres com deficiência, estimulando sua participação e renovação no esporte; e (c) aumentar o envolvimento de atletas com deficiência que comprometem ao menos três membros em modalidades paralímpicas, com o intuito de garantir maior inclusão e diversidade na base esportiva (CPB, 2024).

Conforme apontou Higino, o Fundo de Fomento representou uma oportunidade estratégica para o crescimento do RCR:

Nós sabíamos que investir no crescimento do RCR era fundamental, mas sempre enfrentávamos grandes dificuldades para obter recursos financeiros. Diante disso, comecei a buscar alternativas, conversando com representantes de outras modalidades para entender como eles conseguiam captar recursos. Nesse processo, em diálogo com o pessoal do CPB, conheci o Fundo de Fomento, que se encaixava perfeitamente na realidade do RCR por contemplar mulheres, jovens até 23 anos e atletas com deficiência em três ou mais membros. Naquele momento, percebi que essa era exatamente a oportunidade que estávamos procurando.

Em 2025, a ABRC captou R\$ 2.413.000,00 por meio do Fundo de Fomento do CPB. Para Higino, essa conquista representou:

[...] mais do que um aporte financeiro; foi a validação de uma estratégia que insistimos em seguir. Esse recurso inédito para o RCR está viabilizando a expansão estrutural da modalidade no país, permitindo consolidar polos de desenvolvimento em parceria com universidades e fortalecer as escolinhas implementadas nos Centros de Referência Paralímpicos.

O caso da ABRC, no entanto, constitui uma exceção bem-sucedida na captação de recursos públicos. Como destacam Reis (2014, 2025), muitas entidades ainda enfrentam dificuldades crônicas nesse processo, sobretudo pela ausência de estratégias de governança, pela limitação de suas estruturas técnicas e por falhas na adequação dos projetos às exigências institucionais dos editais. Em contraste, a ABRC conseguiu alinhar-se a esses parâmetros, ampliando a base de atletas atendidos e fortalecendo sua governança, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento sustentado do CPB.

## **2.2 Atuação nos Centros de Referência Paralímpico (CRPs): Divulgação do RCR e Implementação de Escolinhas de Iniciação da modalidade**

De acordo com o presidente da ABRC, uma de suas principais estratégias para o desenvolvimento do RCR tem sido a divulgação e a implementação do RCR nos CRPs.

Reconhecemos a importância desses espaços e, por isso, passamos a realizar apresentações do RCR nos CRPs, além de oferecer a modalidade em alguns desses centros. Nosso objetivo é divulgar o esporte, sensibilizar gestores e incentivar a criação de novos núcleos locais. Acreditamos que essas iniciativas são uma porta de entrada para a inclusão e para a descoberta de talentos.

Os CRPs são unidades que concentram recursos especializados e infraestrutura técnica para apoiar o desenvolvimento de talentos e otimizar o desempenho de atletas de alto rendimento, funcionando como ponto focal regional ou nacional para treinamento, educação e pesquisa esportiva (De Bosscher et al., 2015; Patatas, De Bosscher, & Legg, 2018).

No Brasil, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) criou os CRPs em 2019 com o objetivo de descobrir novos talentos, renovar gerações de atletas e fortalecer a posição do país no cenário esportivo internacional, oferecendo suporte da iniciação ao alto rendimento, capacitando professores e promovendo pesquisas na área, ampliando o acesso de pessoas com deficiência à prática esportiva (Rocha, Nicoletti, Neto, & Cardoso, 2021).

Viabilizados por meio de articulações com universidades e instituições públicas, os CRPs têm favorecido a descentralização das iniciativas e ampliado o acesso a serviços qualificados e a profissionais especializados (Andrade, 2019; Reis, Sonoda-Nunes, & De Souza, 2025). Sua relevância é comprovada por dados do CPB, que indicam que aproximadamente 22% dos atletas brasileiros convocados para os Jogos Paralímpicos de Paris 2024 foram formados ou treinam em CRPs, os quais contribuíram para 51 das 89 medalhas conquistadas pelo país (CPB, 2024).

Dentro dos CRPs, a ação estratégica central da ABRC tem sido a criação de escolinhas de iniciação no RCR voltadas à crianças e adolescentes elegíveis. O propósito é ampliar o acesso à modalidade, apresentar seus fundamentos e incentivar a inclusão esportiva desde a infância, funcionando como um ponto de partida para a identificação de talentos e a criação de um ambiente de desenvolvimento ajustado à realidade desses jovens.

A literatura especializada corrobora a importância dessa abordagem. Atletas com deficiência congênita, inseridos no esporte ainda na infância, tendem a apresentar trajetórias esportivas significativamente distintas daqueles que adquirem a deficiência na fase adulta. O contato precoce permite um processo formativo mais gradual e estruturado para o desenvolvimento de habilidades específicas (N Dehghansai, Lemez, Wattie, & Baker, 2017; Patatas et al., 2018).

Ao considerar as particularidades da deficiência e a fase de desenvolvimento, as escolinhas de esportes adaptados oferecem condições mais adequadas de aprendizagem do que a iniciação tardia, proporcionando acompanhamento técnico especializado e acesso a recursos pedagógicos e materiais adaptados, elementos essenciais para garantir uma trajetória esportiva mais sólida e duradoura (Nima Dehghansai, Pinder, & Baker, 2022).

A ABRC implementou escolinhas de RCR nos CRPs em Brasília, João Pessoa, São Paulo, Ribeirão Preto, São Luís e Belém, estando em processo de abertura de novas unidades em Curitiba, Manaus e Recife. No entanto, conforme aponta Higino, a continuidade e o fortalecimento dessas ações enfrentam desafios complexos.

[...] são necessários a padronização metodológica, a capacitação docente, a avaliação de impactos e a superação de obstáculos operacionais como a escolha de locais estratégicos, o despertar do interesse da comunidade, a aprovação prévia de projetos no Fundo de Fomento e a contratação de profissionais”.

Superar os desafios operacionais e de gestão inerentes a essa expansão não é apenas um passo necessário, mas o investimento decisivo para consolidar o RCR não apenas como uma modalidade de sucesso, mas como um vetor de transformação e oportunidade no panorama esportivo nacional.

### 2.3 Polos de Desenvolvimento Esportivo Regional

A terceira estratégia da ABRC consistiu na implantação de polos de desenvolvimento, uma iniciativa que visa regionalizar o crescimento do RCR por meio da formação de recursos humanos, do fortalecimento institucional e do estímulo à criação de novos clubes. Conforme explicou o entrevistado:

Por meio dessa estratégia, a ABRC busca fomentar o surgimento e a consolidação de novas equipes, especialmente em regiões do país onde a modalidade ainda não está presente, ampliando assim o número de praticantes. Para alcançar esse objetivo, a entidade estabelece parcerias com universidades, centros de

reabilitação e secretarias municipais de esporte, que garantem infraestrutura, apoio técnico e suporte logístico.

A implantação de polos de desenvolvimento do RCR surge como uma resposta prática à histórica fragmentação do sistema esportivo brasileiro que, conforme apontam Mazzei, Barros Meira, Cunha Bastos, Silveira Böhme, & De Bosscher (2015), é marcado pela falta de diretrizes centrais e de integração efetiva entre os sistemas governamental e não-governamental.

Conceitualmente, os polos esportivos são entendidos como unidades estratégicas de descentralização que integram ações de formação, competição e gestão esportiva, sendo fundamentais para a expansão territorial de uma modalidade (Mazzei, Bastos, Ferreira, & Böhme, 2012). Nesse contexto, a ABRC adotou uma estratégia efetiva na fase inicial de implementação dos polos. Conforme demonstrado no Quadro 1, a entidade, que não contava com nenhum polo de desenvolvimento em 2021, estabeleceu oito polos até 2025, localizados em Maceió, Fortaleza, Goiânia, Araguari, Recife, São Luís, Belém e uma unidade no Hospital Sarah em Brasília. A escolha de regiões como Norte e Nordeste está estrategicamente alinhada à necessidade de reduzir assimetrias regionais no acesso ao esporte de alto rendimento, um problema histórico no país, em que medalhistas olímpicos tradicionalmente concentram-se nas regiões Sul e Sudeste (Mazzei et al., 2015). Por outro lado, o Rugby em Cadeira de Rodas ainda permanece ausente em outras regiões, o que evidencia desafios futuros para a expansão nacional da modalidade.

A expansão territorial da prática do RCR é um dos fatores diretamente associados ao aumento no número de atletas e equipes, revelados pelos dados da pesquisa, demonstrando que a iniciativa é um pilar crucial para o plano de descentralização e massificação do RCR no Brasil. No entanto, como destacou Higino:

[...] a implementação dos polos enfrenta desafios logísticos e operacionais significativos, incluindo a disponibilidade de quadras, a contratação e capacitação técnica de profissionais, a aquisição de cadeiras de jogo, o transporte adequado e a identificação de atletas elegíveis”.

Apesar dessas dificuldades, os polos continuam sendo fundamentais para consolidar a modalidade em novas regiões, permitindo o fortalecimento de clubes locais e a formação de novos atletas, contribuindo assim para a expansão sustentável do Rugby em Cadeira de Rodas no país.

## Considerações finais

Este estudo buscou investigar a expansão do RCR no Brasil e analisar as estratégias da gestão 2022–2025 da ABRC para o seu desenvolvimento. A análise dos indicadores quantitativos revelou avanços expressivos em todos os eixos fundamentais para o desenvolvimento esportivo. O salto de zero para oito polos e nove escolinhas, o triplicar do número de atletas (de 110 para 333) e o aumento no número de competições (de 2 para 15) evidenciam a eficácia das ações de base. No

alto rendimento, o incremento nas semanas de treinamento e na participação internacional da seleção brasileira refletiu-se na melhoria do ranking mundial, corroborando a premissa de Bosscher et al. (2006) de que investimentos estruturais e oportunidades de competição são determinantes para o sucesso internacional.

As três estratégias principais identificadas – (1) captação de recursos via Fundo de Fomento do CPB; (2) atuação em CRPs para divulgar a modalidade e implementar escolinhas de iniciação ao RCR ; e (3) implantação de polos de desenvolvimento – mostram-se alinhadas aos modelos de gestão esportiva que enfatizam a integração entre base e alto rendimento. A opção pelos CRPs como eixo central de divulgação vem se mostrando acertada, uma vez que essas unidades têm funcionado como catalisadores para a descentralização e captação de talentos.

A expressiva ampliação dos recursos financeiros – com um aumento de quase 300% na captação entre 2021 e 2025 – foi viabilizada em parte pela adequação da ABRC aos editais do Fundo de Fomento, demonstrando que a governança e a capacidade de conformidade institucional são fatores críticos para o acesso a financiamentos públicos no paradesporto brasileiro.

Os dados também revelam desafios persistentes. A concentração geográfica dos polos e escolinhas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ainda que represente um avanço na descentralização do esporte de alto rendimento como um todo, deixa vastas áreas do país sem cobertura, como nos estados da Bahia, Piauí, Tocantins, Roraima, Amapá, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Entendemos que a gestão 2022–2025 da ABRC foi bem-sucedida ao estruturar as estratégias de desenvolvimento para o RCR no Brasil, baseado em planejamento estratégico, conformidade institucional e articulação com políticas públicas existentes. O modelo adotado – que integra captação de recursos, expansão territorial e formação de base – oferece um framework valioso não apenas para o RCR, mas para outras modalidades paradesportivas emergentes. O fortalecimento contínuo do RCR pode representar, assim, um compromisso tangível com a inclusão social, a excelência esportiva e a equidade de oportunidades no paradesporto nacional.

Baseamos a análise em documentos institucionais e no relato de um único gestor da ABRC e em documentos institucionais, o que restringe a diversidade de perspectivas e impossibilita a generalização dos resultados deste estudo. Outras pesquisas são necessários no sentido de incluir gestores dos clubes de RCR brasileiros, além de análises longitudinais que permitam compreender de forma mais ampla a evolução do RCR no Brasil.

## Referências

- ABRC. (2025a). Calendário | Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas. Recuperado 19 de agosto de 2025, de <https://rugbiabrc.org.br/calendario-2/>
- ABRC. (2025b). Escolinhas de RUGBY | Associação Brasileira de rugby em cadeira de rodas. Recuperado 19 de agosto de 2025, de <https://rugbiabrc.org.br/escolinhas-de-rugby/>
- ABRC. (2025c). Polo de desenvolvimento | Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas. Recuperado 28 de julho de 2025, de <https://rugbiabrc.org.br/polo-de-desenvolvimento/>
- Amaral, R. A. (2022). *Rugby em cadeira de rodas: auto-organização do jogo, desempenho das equipes e a influência das classes funcionais* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP. <https://doi.org/10.11606/D.109.2022.TDE-21102022-143755>.
- Andrade, A. C. de. (2019). *Programas físico-esportivos para pessoas com deficiência: propostas e experiências no Estado de São Paulo*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, SP. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/12059>
- Becerra, M. A. G., Manzini, M. G., & Martinez, C. M. S. (2019). Percepção de atletas do rugby em cadeira de rodas sobre os apoios recebidos para a prática do esporte adaptado. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(3), 615–627. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.CTOAO1662>
- Bracht, V., Quintão, F., & Almeida, D. E. (2003). A política de esporte escolar no Brasil: A pseudovalorização da Educação Física. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, 24(3), 87–101. Recuperado de <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/765>
- Brasil. (2001, julho 16). Lei no 10.264. Recuperado 6 de agosto de 2025, de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10264.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10264.htm)
- Brasil. (2004). *Lei no 10.891*. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm)
- Brasil. (2006). *Lei no 11.438*. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm)
- Campana, M. B., Gorla, J. I., Duarte, E., Scaglia, A. J., Da Consolação Gomes Cunha Fernandes Tavares, M., & De Franca Barros, J. (2011). O Rugby em Cadeira de Rodas: aspectos técnicos e táticos e diretrizes para seu desenvolvimento. *Motriz: Revista de Educação Física*, 17(4), 748–757. <https://doi.org/10.1590/S1980-65742011000400020>
- Cardoso, V. D. (2011). A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 33(2), 529–539. <https://doi.org/10.1590/S0101-32892011000200017>
- Comitê Paralímpico Internacional. (2016). Sport Week: History of wheelchair rugby. Recuperado 18 de maio de 2025, de <https://www.paralympic.org/news/sport-week-history-wheelchair-rugby>



- CPB. (2024). Centros de Referência do CPB são responsáveis pela preparação de 22% dos atletas convocados para Paris - Comitê Paralímpico Brasileiro. Recuperado 27 de julho de 2025, de [https://cpb.org.br/noticias/centros-de-referencia-do-cpb-sao-responsaveis-pela-preparacao-de-22-dos-atletas-convocados-para-paris/?utm\\_source=chatgpt.co](https://cpb.org.br/noticias/centros-de-referencia-do-cpb-sao-responsaveis-pela-preparacao-de-22-dos-atletas-convocados-para-paris/?utm_source=chatgpt.co)
- Curi, H. T., Roberta, G., Souza, F., De Lima, J., & Ferretti, E. C. (2022). O impacto do esporte adaptado na qualidade de vida de usuários de cadeira de rodas. *Revista Brasileira de Qualidade de Vida*, 13(0). <https://doi.org/10.3895/RBQV.V13N0.12494>
- De Bosscher, V., De Knop, P., Van Bottenburg, M., Shibli, S., & Shibli, S. (2006). A Conceptual Framework for Analysing Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success. Em *European Sport Management Quarterly* (Vol. 6, p. 185–215). Taylor & Francis Group. <https://doi.org/10.1080/1618474060095508>
- De Bosscher, V., Shibli, S., Westerbeek, H., & Van Bottenburg, M. (2015). *Successful elite sport policies an international comparison of the sports policy factors leading to international sporting success (SPLISS 2.0) in 15 nations*. Recuperado de [www.SPLISS.net/publications](http://www.SPLISS.net/publications).
- Dehghansai, N, Lemez, S., Wattie, N., & Baker, J. (2017). *Training and development of Canadian wheelchair basketball players*. <https://doi.org/10.1080/17461391.2016.1276636>
- Dehghansai, Nima, Pinder, R. A., & Baker, J. (2022). Talent Identification and Development in Paralympic Contexts: Current Challenges. *Frontiers in Sports and Active Living*, 4. <https://doi.org/10.3389/fspor.2022.926974>
- Feiten, G., Schaab, D. M., Mezzaroba, C., & Sanfelice, G. R. (2023). Ingresso e permanência dos atletas com deficiência no esporte Paralímpico Brasileiro. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 16(1), 218–237. <https://doi.org/10.55905/REVCONV.16N.1-015>
- Fermino, Antonio Luis. (2020). *Os benefícios e os significados da participação em um grupo de bocha paraolímpica no município de Curitiba-PR* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69158>
- Geovani, L., & Damato, R. (2024). Esporte Adaptado: Uma oportunidade para pessoas com deficiência motora. *Fiep Bulletin - online*, 94(1), 625–634. <https://doi.org/10.16887/FIEPBULLETIN.V94I1.6776>
- Gil, A. C. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Em Atlas (Org.), *Editora Atlas* (6 ed). São Paulo.
- Haiachi, M. de C., Cardoso, V. D., Reppold Filho, A. R., & Gaya, A. C. A. (2016). Reflexões sobre a carreira do atleta paraolímpico brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 2999–3006. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.18512016>
- Marcellino, N. C., Sampaio, T. M. V., Capi, A. H. C., & da Silva, D. A. M. (2007). *Políticas Públicas de Lazer - formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba-SP*. Recuperado de [www.opusprinteditora.com.br](http://www.opusprinteditora.com.br)
- Mazzei, Barros Meira, T. D., Cunha Bastos, F. D., Silveira Böhme, M., & De Bosscher, V. (2015). High performance sport in Brazil. Structure and policies comparison with the international context. *Gestión y Política Pública*. <https://doi.org/10.29265/GYPP.V0I0.120>

- Mazzei, Bastos, ;, Ferreira, ;, & Böhme, ; (2012). Centros de Treinamentos Esportivos para o esporte de alto rendimento no Brasil: Um estudo preliminar. *Educ. Fís*, (1), 1575–1584.
- Mazzei, L. C., & Rocco Junior, A. J. (2017). Um ensaio sobre a Gestão do Esporte: Um momento para a sua afirmação no Brasil. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE)*, 2(1), 96–109. Recuperado de <https://repositorio.usp.br/item/003090482>
- Misener, L., & Darcy, S. (2014). Managing disability sport: From athletes with disabilities to inclusive organisational perspectives. *Sport Management Review*, 17(1), 1–7. <https://doi.org/10.1016/J.SMR.2013.12.003>
- Nascimento, R. B., Borin, J. P., Tosim, A., & Montagner, P. C. (2020). Gestão no Esporte Paralímpico: O fortalecimento do Goalball brasileiro. *Educação Física e Áreas de Estudo do Movimento Humano* 3, 113–126. <https://doi.org/10.22533/AT.ED.1072015069>
- Orozimbo, A. dos S. (2019). *Rugby em cadeira de rodas: o desenvolvimento da modalidade paralímpica no Brasil*.
- Pasini, G. M., Campos, L. F. C. de, Gorla, J. I., & Montagner, P. C. (2014). Processo de institucionalização do esporte paralímpico brasileiro: caracterização do caso da equipe de rúgbi em cadeiras de rodas da Unicamp/ADEACAMP. *Conexões*, 12(2), 82–93. <https://doi.org/10.20396/CONEX.V12I2.2170>
- Patatas, J. M., De Bosscher, V., & Legg, D. (2018). Understanding parasport: an analysis of the differences between able-bodied and parasport from a sport policy perspective. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 235–254. <https://doi.org/10.1080/19406940.2017.1359649>
- Pena, L. G. de S., Costa e Silva, A. de A., Campos, L. F. C. C., Gouveia, R. B., Almeida, J. J. G., Duarte, E., ... Gorla, J. I. (2014). O “rugby” em cadeira de rodas no âmbito da universidade: relato de experiência da Universidade Estadual de Campinas. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 28(4), 661–669. <https://doi.org/10.1590/1807-55092014000400661>
- Plataforma Sporti. (2025). ABRC | Home. Recuperado 19 de agosto de 2025, de <https://plataforma.sporti.com.br/abrc>
- Quintino, G. S., & Reis, R. E. (2020). Rugby em Cadeira de Rodas: Uma análise da modalidade no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, 21(2), 291–300. <https://doi.org/10.36311/2674-8681.2020.V21N2.P291-300>
- Quintino, S. G. (2018). *Análise da estrutura e organização das entidades que desenvolvem o rugby em cadeira de rodas no Brasil*. Recuperado de <http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/7929>
- Reis, R. E. (2014). *Políticas públicas para o esporte paralímpico brasileiro* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36290>
- Reis, R. E. (2025). *Desafios para o desenvolvimento do paradesporto no Paraná: Um estudo com instituições promotoras da prática esportiva para pessoas com deficiência* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.



- Reis, R. E., Mezzadri, F. M., & Silva, M. M. e. (2017). As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: Apontamentos gerais. *Corpoconsciência*, 21(1), 58–69. Recuperado de <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/4706>
- Reis, R. E., Sonoda-Nunes, R. J., & De Souza, D. L. (2025). Alianzas institucionales como estrategias para el desarrollo del paradesporte en Brasil. *Retos*, 64, 263–276. <https://doi.org/10.47197/RETOS.V64.110907>
- Rocha, J. P. da S., Nicoletti, L. P., Neto, S. C. dos S., & Cardoso, V. D. (2021). Projeto Centro de referência Paralímpico de Roraima: Contribuições para a iniciação paralímpica. *Revista Extensão & Cidadania*, 9(15), 64–73. <https://doi.org/10.22481/recuesb.v9i15.8630>
- Silva, M. E., Nunes, G., Ferreira, T., Stieler, E., De Carvalho Guerreiro, R., Tulio De Mello, M., & Silva, A. (2023). A relação entre classificação funcional, força muscular de membros superiores e agilidade de atletas do rúgbi em cadeira de rodas. *Fisioterapia e Pesquisa*, 30(2), e22002623pt–e22002623pt. <https://doi.org/10.1590/1809-2950/E22002623PT>
- Soares, T. C. M., Souza, M. do D. C. de, & Bezerra, S. T. F. (2025). O Desenvolvimento do Paradesporto no Brasil: uma revisão integrativa. *Pensar a Prática*, 28. <https://doi.org/10.5216/RPP.V28.8079>
- Solera, B., Flores, P. P., Anversa, A. L. B., da Silva Caracato-Sousa, Y. M., de Souza, V. de F. M., & Junior, C. H. (2021). Paralympic athlete's perceptions about social inclusion through sport. *Retos*, 42, 655–661. <https://doi.org/10.47197/RETOS.V42I0.85713>
- Souza, M. F. de. (2018). *Desempenho motor em atletas de rugby em cadeira de rodas* (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2018.1022004>
- Vieira, Y. V., Colere, J., & De Souza, D. L. (2021). Facilitadores e barreiras para a prática esportiva por parte de atletas com comprometimentos no Brasil. *Retos*, 41, 812–822. <https://doi.org/10.47197/RETOS.V41I0.85497>
- World Wheelchair Rugby. (2024). History – WWR. Recuperado 5 de maio de 2025, de <https://worldwheelchair.rugby/history/>
- WWR. (2025, julho 21). World Rankings – WWR. Recuperado 19 de agosto de 2025, de <https://worldwheelchair.rugby/world-rankings/>

*Recebido em: outubro de 2025*

*Aprovado em: fevereiro de 2026*

---

A **Revista de Gestão e Negócios do Esporte** utiliza o [Open Journal Systems](#) (versão 3.3.0.9), sistema open source, preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.

---